O GLOBO

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA

O dinheiro de Jatene

A melhoria dos serviços de saúde é a mais urgente reivindicação dos brasileiros. Por outro lado, à medida que as expectativas de vida dos brasileiros aumentam, as doenças cardíacas se multiplicam ao ponto de se tornarem um problema de saúde pública. Ora, o grande centro de referência da cardiologia nacional é o Instituto do Coração (Incor), dirigido pelo professor Adib Jatene. Sempre que um parlamentar ou um governante sente uma dor no peito, é às suas portas que vai bater.

O encontro entre as reivindicações populares e a reputação do cirurgião milagroso junto aos seus pacientes parlamentares, antigos ou potenciais, proporciona ao ministro Jatene uma popularidade suprapartidária que ninguém mais tem.

Em maio, o ministro Jatene pediu a seus assessores financeiros uma nova avaliação do orçamento de seu ministério, comparando a sua execução com o que tinha sido aprovado, ou seja, 14 bilhões. Embora as verbas fossem as maiores dos últimos anos, escondiam rombos não previstos. As dívidas não podiam ser cobertas pela rubrica de "restos a pagar". Teriam de ser pagas com as verbas de 1995 e montavam a um bilhão. A previsão para o pagamento de pessoal estava curta em 1,2 bilhão. O aumento do funcionalismo não fora computado. Tampouco se contara com a atualização dos pagamentos dos serviços prestados pelos hospitais particulares conveniados. Resultado: o Ministério da Saúde precisaria de mais seis bilhões para executar seus projetos mais essenciais.

Conversa vai, alguns tecnocratas propuseram buscar no vício o subsídio da virtude. O preço dos cigarros e das bebidas seria retirado do cálculo dos índices que medem a inflação e a sua taxação seria dobrada. O ministro recusou a proposta:

— Como ministro da Saúde, posso até propor mais impostos sobre cigarros e cachaça, mas para estimular as pessoas a não fumarem e não beberem. O aumento do preço costuma provocar uma queda de consumo do fumo de até 40%. Se acontecesse no Brasil, seria ótimo. Mas não financiar o ministério com vícios que quero extinguir.

Conversa vem, procurado por deputados e senadores que reclamavam da desatualização dos preços dos serviços prestados por hospitais privados, Jatene sugeriu o renascimento do IPMF, imposto indolor, na forma de uma contribuição social cujos recursos seriam integralmente destinados à Saúde. Caso essa destinação exclusiva fosse aprovada, resolveria a maioria dos problemas de hoje.

A idéia, que o ministro defendeu em várias exposições no Congresso, prosperou. Os deputados Gonzaga Mota e Roberto Jefferson reuniram conjuntamente as Comissões de Economia e de Seguridade Social que presidem para propor um texto. No Senado, Antonio Carlos Valladares, de Sergipe, fez um projeto, baseado no texto da Câmara, e conseguiu numa única tarde as assinaturas de 51 dos 81 senadores.

Antes de começar a fazer proselitismo no Congresso, Jatene debateu a proposta com os ministros Pedro Malan e José Serra. Malan é contra a criação de um imposto com os seus resultados carimbados para um emprego específico. É, no entanto, favorável ao renascimento do IPMF se for para abater a dívida interna. José Serra foi contra o primeiro IPMF quando deputado. Por coerência, não poderia propô-lo agora. No entanto, não levantaria obstáculos se a iniciativa partisse do Congresso.

— Essas divergências são naturais num governo democrático — diz Jatene. — Estamos viciados pelo autoritarismo, quando divergir era considerado hostilidade — continua o ministro, que conta como o martelo foi batido:

— Procurei o presidente Fernando Henrique, a quem já explicara a situação da Saúde. Relatei a divergência com os colegas, a simpatia que a idéia despertava no Congresso e pedi que me desse instruções. O presidente prometeu ajudar-nos a conseguir os recursos que precisamos e declarou seu apoio à emenda do senador Valladares.

Os banqueiros vão reclamar e mobilizar seus **lobbies** contra a iniciativa. No entanto, o Congresso, logo depois do recesso, deve restabelecer como contribuição social, não como imposto, o mecanismo do IPMF. Os resultados serão garantidos para a Saúde. É mais fácil um burro voar que o Congresso aprovar a proposta dos tecnocratas de usar os recursos para pagar a dívida interna.